

Pacto ou pacote

A montagem do acordo nacional, vulgo trégua de carnaval, é arrastada por natureza e até por falta de treino. Ela não faz o gênero de um pacto de emergência, no calibre da pressa brasileira. Os parceiros da mesa não muito redonda jogam pelas extremas, segundo o princípio do levar vantagem em tudo. A própria representatividade dos que negociam em nome da sociedade como um todo é questionável, para não dizer pouco legítima. A tentativa da trégua negociada deve ficar na boa intenção. No mínimo, cumpriu-se um ritual democrático.

Agora, é fazer a cesariana no parto da montanha. O governo já tem na gaveta o plano do ajuste global: arquiva-se o pacto, retoma-se o pacote, sem choro nem vela. A economia está literalmente no desvio, em regime de desbastecimento defensivo. Ou especulativo. O setor de cargas rodoviárias, 78 PCT da movimentação do PIB industrial e agrícola, está com as encomendas literalmente suspensas, há duas semanas.

Simple: ninguém quer vender, ninguém quer entregar, ninguém quer produzir. A ordem é apostar no realinhamento geral dos preços ou na derrocada final dos controles.

Feito caramujo

Os impasses da negociação arbitrada pelo ministro Almir Pazianotto devolveram aos gabinetes palacianos a bola-quadrada da divergência interna: realinhamento de choque, por decreto, versus realinhamento gradual, sem acordo. A área da fazenda, normalmente envolvida na administração dos impactos inflacionários da posologia dos ajustes, fecha com o realinhamento já, em bloco. Claro, o ideal seria espalhar as brasas da inflação corretiva, mas o imobilismo inesperado do mercado, que se encolheu feito caramujo de praia, pode desencadear efeitos inflacionistas mais traumáticos que o impacto cor-

retivo e estanque do realinhamento orquestrado de preços e salários. Um recongelamento de 120 dias, na linha da trégua que se pretendia negociada, daria tempo ao governo (ou a uma nova tentativa de acordo nacional) para a armação de um sólido esquema pós-congelamento.

O temível «The Day After» de 1º de março seria empurrado para 1º de junho. Ou para 1º de maio, que é do ramo.

Caso por caso

A linha de montagem do realinhamento de preços está devidamente equipada. Operador da cadeia de ajustes, o CIP aguarda o sinal-verde do novo choque. A linha começa pela base de 28 de fevereiro. Os reajustes maiores serão acionados para os preços e tarifas que permanecem congelados desde o disparo do Cruzado I.

A proposta do realinhamento pela média de 25 PCT, arquivada pela FIESP (com o bom propósito de calibrar, também pela média, a recomposição dos salários em clima de pacto), não passa pelo crivo da autoridade econômica. A média, no caso, é apenas uma curiosidade estatística. Ela não deve ser utilizada como intervenção econômica na vida das empresas. Alguns ramos merecem menos de 25 PCT outros precisam de algo mais que isso. E o CIP foi inventado exatamente para localizar a planilha de custos por setor, por empresa e até por produto.

O painel de controle do complexo CIP—Seap-Sunab dispõe de um bom estoque de matrizes custo/preço para acompanhar as ondas de choque da remarcação dos valores interligados ao longo da cadeia produtiva.

Lista compacta

A retomada do pacote, por decreto, no lugar do pacto, sem acordo, ainda pode tropeçar na dúvida palaciana quanto aos prazos do realinhamento e do

recongelamento provisório. A definição deve ser tirada nas próximas 48 horas.

Única certeza: o governo deve disparar, antes do dia 31, um foguete lateral, de um só estágio, fora das bases do realinhamento por decreto ou por acordo. Trata-se do congelamento de uma lista compacta de 96 produtos e serviços que fazem o consumo essencial da população brasileira, começando pela cesta básica de alimentos.

O projeto acaba de ser arredondado pela Sunab: rasga-se a lista de quase 1.500 produtos tabelados, entra a lista compacta de 96, com uma versão ainda mais enxuta de 72 itens. A justificativa é do superintendente Aloisio Teixeira: mas vale uma lista compacta administrável, que uma lista enorme que ninguém leva a sério. O controle sobre tabela, com menos de uma centena de produtos, torna-se viável e pode até mesmo ressuscitar a ascética figura do «fiscal do Sarney». A própria elaboração da tabela restrita deve facilitar a negociação de preços e margens com os agentes econômicos envolvidos.

Novo complicador

O recongelamento dos preços do consumo básico da população levanta uma questão embaraçosa: o repesamento do IPC restrito, viciando a estrutura do IPCA e do INPC. Complicador tanto mais abrasivo quando se considera a reindexação geral da economia, índice de preços re-colocado com indexador de contratos.

A criação da lista compacta da Sunab, se excutada ao pé da letra, dramatiza a urgência de uma decisão negociada: a reinvenção de uma taxa verdadeiramente confiável para a inflação brasileira, capaz de registrar o movimento de todos os campos do universo econômico.